

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PREVINI – 2021.

Às catorze horas do dia vinte e sete de abril do ano de 2021 compareceram para a quarta reunião referente ao corrente exercício, atendendo a convocação realizada pelo Presidente do Comitê de Investimentos - COMIN, Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, devidamente publicada nos atos oficiais do Município, os seguintes membros do Comitê de Investimentos do PREVINI, de acordo com o estabelecido no art. 98 da Lei Municipal 4419/2014 e em atendimento ainda a Portaria 003/2021, de 05 de janeiro de 2021: Sr. Eduardo de Oliveira, Sr. Leonardo de Faria Torres, Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, Sra. Andrea Ribeiro Rodrigues e Sr. Fabrício Martins Carvalho da Silva, para deliberarem, em reunião ordinária e em atendimento ao que dispõe o art. 99 da Lei Municipal 4419/2014, sobre a pauta a seguir: **a) ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:** Este item tem como base o relatório emitido pela consultoria financeira Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários LTDA, referente ao mês sob verificação, o qual será anexado a esta ata. Feita a análise conjunta pelos componentes do COMIN foi verificado por todos que os investimentos se enquadram dentro da Política de Investimentos, com a observação de que, apesar de constar em sistema restrição a alocação de mais de 20% do capital em um único fundo a Secretaria de Previdência tem permitido tal movimentação em virtude do que dispõe o art. 7, I, “b” da Resolução 3922. **b) ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DO PREVINI:** Sobre este item foram apresentados documentos emitidos pela Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda., empresa que presta consultoria ao Instituto, demonstrando a composição da carteira, o enquadramento já citado no item “a” de acordo com a Resolução 3922/2010 e a Política de Investimentos, a distribuição dos recursos do Instituto, consulta rentabilidade e risco da carteira e o resultado das aplicações financeiras após as movimentações. O primeiro documento, que demonstra a composição da carteira, ilustra o capital total aplicado no valor de R\$ 926.571,90 (novecentos e vinte e seis mil quinhentos e setenta e um reais e noventa centavos), demonstrando um decréscimo patrimonial de aproximadamente 23,3093% (vinte e três vírgula três mil e noventa e três décimos de milésimo por cento) em relação ao valor disposto no mês anterior, que era de R\$ 1.208.193,62 (um milhão duzentos e oito mil cento e noventa e três reais e sessenta e dois centavos). A tela de sistema referente ao enquadramento à Resolução 3922/2010 e à Política de Investimentos aponta que do total aplicado, 87,62% (oitenta e sete vírgula sessenta e dois por cento) estão alocados em renda fixa e 12,38% (doze vírgula trinta e oito por cento) estão alocados em renda variável. O documento referente ao retorno e meta atuarial demonstra um retorno de R\$ 5.378,28 (cinco mil trezentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), referente a 0,45% (zero vírgula quarenta e cinco por cento) de rentabilidade, resultando em -10,22% (menos dez vírgula vinte e dois por cento) de atingimento de meta atuarial no ano. Foi apresentado pela Sra. Márcia, Chefe da Contabilidade, valores referentes as receitas, no total de R\$ 14.421.525,91 (catorze milhões quatrocentos e vinte e um mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos), e as despesas, sendo R\$ 14.231.577,05 (catorze milhões duzentos e trinta e um mil quinhentos e setenta e sete reais e cinco centavos) referente a despesa com folha de benefícios e R\$ 568.041,44 (quinhentos e sessenta e oito mil quatrocentos e um reais e quatrocentos e quatro centavos) referente a despesas administrativas. **c) ASSUNTOS DIVERSOS:** Iniciadas as discussões dos assuntos diversos foi realizada breve análise do cenário atual em cotejo com o da última reunião. De acordo com o relatório de mercado Focus do Banco Central Brasil de 23/04/2021, os cenários econômicos continuam se agravando, com maior expectativa de aumento inflacionário e juros, com constante redução na expectativa de crescimento econômico. Da leitura do relatório, observamos o seguinte cenário econômico. Expectativa para a inflação medida pelo IPCA passando para 5,01%, ante cenário anterior de 4,71%, crescimento do PIB com redução para 3,09% contra 3,22% anterior, taxa Selic com expectativa de alta ao fim do período para 5,5%, com aumento de 0,5% em relação ao cenário apresentado em nossa última reunião. Como já salientado na última reunião, o aumento da expectativa de inflação somado ao baixo crescimento econômico em decorrência do agravamento da pandemia vem provocando um aumento na inclinação da curva de juros, em resposta à maior aversão ao risco. Atento ao aumento inflacionário, o COPOM, em sua última reunião realizada nos dias 16 e 17 de março, decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, para

2,75% a.a. O Comitê entendeu que “essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, principalmente, o de 2022.” No mercado financeiro aumenta-se a aposta de que o COPOM irá manter a trajetória de aumento da taxa de juros nos mesmos percentuais pelas próximas reuniões até que se atinja o nível neutro (nível de taxa que mantém a inflação estável) estimada em 6,5% pelo Diretor de Política Econômica do Banco Central. Partindo para a análise de nossa carteira de investimentos, observamos que o fundo BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVI voltou a apresentar um retorno negativo, desta vez de -0,85%, demonstrando que o COMIN estava correto ao salientar que os fundos de renda fixa atrelados a títulos de prazo mais longo poderiam manter desempenho negativo no curto prazo, ocasião em que salientamos que eventuais recursos novos deveriam ser aplicados em títulos de prazo mais encurtados, como medida de segurança. No mês de março os fundos da família IMA-B reverteram a baixa do mês passado e voltaram a apresentar resultado satisfatório, com alta de 0,32%, todavia, o retorno positivo não foi capaz de zerar as perdas no ano. Nos demais fundos de renda fixa, com exceção dos fundos IRFM-1, que ficaram estáveis, não apresentando rentabilidade, os resultados positivos ficaram por conta dos fundos DI e Alocação Dinâmica, ainda que a rentabilidade tenha se mostrado reduzida. Cotejando a rentabilidade dos fundos de renda fixa num cenário mais alongado (12 e 24 meses), podemos observar que os fundos da família IMA-B continuam apresentando a melhor performance, devendo ser considerado pelo Gestor como uma opção preferencial para alocação de recursos novos. Na renda variável, o cenário se mostrou bem mais favorável, com o fundo Caixa Dividendos FI Ações rendendo 7,52% e o Fundo Itaú Phoenix 3,58%. A renda variável, apesar de composta por parcela reduzida dos recursos (aproximadamente 12% do montante) contribuiu fortemente para o resultado positivo mensal, que totalizou 0,45%, revertendo os resultados negativos dos meses anteriores. Considerando que não houve modificações significativas de cenário, e permanecendo a instabilidade política, agora amplificada pela instalação de uma CPI da Saúde, o agravamento da pandemia do COVID-19 na Índia, que pode acarretar uma maior escassez de vacinas no mundo, aumentando o risco de prolongamento da pandemia no Brasil, bem como riscos fiscais com o aumento dos juros, os Membros do COMIN mantém a orientação de manutenção da carteira atual, e no que tange a eventuais recursos novos, alocação em fundos com prazos mais encurtados, a fim de que se minimizem os riscos de perda. Por derradeiro, os membros do COMIN salientam a importância de manutenção das reservas financeiras para constituição de um fundo perene que possa garantir os benefícios previdenciários presentes e futuros. E como ninguém mais quis fazer uso da palavra o Secretário do Comitê de Investimentos, Sr. Eduardo de Oliveira, encerrou a reunião e lavrou a respectiva ata que, após lida e aprovada, vai assinada por todos.

Marcello Raymundo de Souza Cardoso
Presidente

Eduardo de Oliveira
Secretário

Andréa Ribeiro Rodrigues
Componente

Fabício Martins Carvalho da Silva
Componente

Leonardo de Faria Torres
Componente